

# Jornal ECO

Edição 07 - Inverno de 2019

Vivemos em uma conjuntura extremamente preocupante. Um capitalismo que avança suas garras ainda mais agressivamente sobre as populações mais vulneráveis no mundo, em especial nos países periféricos ou semi-periféricos, como o Brasil. No jogo político internacional o Brasil está ajoelhado aos Estados Unidos e ao grande capital, enquanto internamente vemos um grande circo baseado em desinformação, reacionarismo, militarismo, milicianismo, ultraliberalismo, obscurantismo, evangelicalismo da política, destruição da educação (que passa ser vista como inimiga da nação), e das políticas sociais como um todo, dentre elas as políticas ambientais, de saúde, do trabalho e da previdência.

O antagonismo necessário para a manutenção e fortalecimento do grupo político de extrema direita que chegou ao Planalto se faz a partir de uma criminalização do "Partido dos Trabalhadores", da "esquerda" e do "comunismo". Conceitos que representam significantes vazios (de acordo com Laclau e Mouffe), nos quais pouco importam seus sentidos lógicos, mas sim seu poder de concentrar inúmeras pautas conservadoras (com viés machista, homofóbico, elitista, excludente e violento), conseguindo assim hegemonizar a política nacional nesse momento. Nessa disputa por hegemonia não há outro caminho que não a construção de uma contra-hegemonia, a qual só se faz

## 14 DE JUNHO GREVE GERAL

como necessidade

possível com a organização da classe trabalhadora e da sociedade em geral na defesa da democracia e de nossos direitos.

É preciso deixar claro, nesse momento, que não se pode aceitar os absurdos que assistimos em nosso país nesse momento. Os recentes ataques às Universidades e à educação como um todo são um exemplo de que se aceitarmos passivamente a nossa situação só irá se agravar. É preciso dizer chega! Não se pode mais aceitar a ideia de que com arma, ódio e exclusão social poderemos ter algum futuro razoável.

A Emenda Constitucional 95 (a antiga PEC do Teto), de 2016, jogou o país em um buraco que parece não ter fim. A reforma trabalhista que prometia milhões de empregos tem como consequência o dobro do desemprego em três anos, nos aproximando dos 14 milhões de desempregados. A reforma da previdência proposta por Michel Temer, que se acreditava já aprovada, não foi votada devido às mobilizações e, principalmente, pelas Greves Gerais de 2017, como a

maior da história, no dia 28 de abril. No último 1º de maio de 2019 todas as centrais sindicais do Brasil, de forma unificada, chamaram Greve Geral no dia 14 de junho. O principal ponto de pauta é a defesa do direito à aposentadoria em repúdio à Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência, a PEC 06/2019, que, na verdade, representa o fim da Previdência Social.

A proposta acaba com a seguridade social ao transformar a Previdência Social em um grande fundo de capitalização, relegando milhões de brasileiros ao trabalho até a idade avançada e a uma redução drástica no valor das aposentadorias. Se é para reformar, que seja para cobrar os bilhões das dívidas dos grandes devedores, para taxar lucros e dividendos, e que seja para rever a dívida pública a partir de uma auditoria cidadã. Direito constitucional e instrumento fundamental de luta da classe trabalhadora, a greve geral é muito importante nesse momento e é preciso ter claro que ela deve ser também um meio para dialogar com a população. Greve não é desejável, mas é necessária no atual estágio da luta entre capital e trabalho. Greve causa transtorno, mas nenhum transtorno é maior do que o que vem sendo feito com nossos direitos e com a nossa democracia.

No dia 14 de junho não há outro caminho, é GREVE GERAL!

Cristiano Ruiz Engelke - APROFURG





No estado tivemos a mudança de governo a praticamente seis meses, e o novo segue com a mesma política do governo Sartori com relação aos salários, o pagamento já não é parcelado, mas os salários estão atrasados; temos recebido por faixas salariais, dependendo da faixa é uma data de pagamento, este mês foi o 42º mês de salários parcelados ou atrasados. Desde o início do governo Leite estamos tentando uma mesa de negociação para discutirmos a reposição salarial e a questão do salário em dia, além da realização de novo concurso público, que é outra demanda importante.

Temos um grande número de professores e funcionários de escola na situação de contrato emergencial, que é uma situação de trabalho complicada porque não tem amparo, garantias, direitos trabalhistas, não é CLT nem estatutário; é um contrato emergencial, para suprir uma necessidade do ensino por um determinado tempo. Mas, o problema é tão sério no RS que alguns contratados estão a vinte anos, alguns chegam a se aposentar como contratados porque o número de concursos não é o suficiente para suprir as necessidades.

Nós tivemos algumas audiências com o governo, inclusive com a presença do governador, que até se mostra aberto ao diálogo, mas não apresenta nada novo. Nós teríamos uma audiência no dia 27 de maio, mas o governo cancelou sem nenhum argumento concreto. Ao passo que concedeu 74% de reajuste para o presidente do Bannisul, nossa categoria está a quase 5 anos sem ao menos a reposição da inflação. Nós tivemos assembleia geral dia 12 de abril, definimos que enquanto os salários permaneçam atrasados, nós teremos um dia de paralisação, um dia de protesto, de denúncia à sociedade em todo primeiro dia útil após o dia que deveria ser efetuado o pagamento.

Fizemos agora dia 03 um dia de paralisação e seguiremos fazendo todo o mês enquanto esta situação continuar. A situação é tão grave que existe agora uma nova modalidade de empréstimo no Bannisul, que é a antecipação do salário, e a maioria dos nossos colegas faz isso, de comprar os seus salários, pagando uma taxa de juros, isso virou uma normalidade. Estas situações estão gerando o adoecimento da categoria, psíquico, físico. Agora estamos em estado de greve, também aprovada em assembleia, para a construção da greve geral do dia 14, já há a decisão da assembleia de adesão e construção desta greve junto aos demais trabalhadores, enquanto isto está instalada na praça da matriz (Porto Alegre). um acampamento, com atividades de manifestação, as sinetas estão tocando lá na praça todos os dias no aguardo do governo marcar uma nova data para a audiência com a categoria. A pauta não é só o salário mas a reposição da inflação, não é nem o piso, pois hoje para receber o piso salarial precisaríamos de 102,9% de reajuste, mas estamos pedindo 28,38%, referente a reposição da inflação do último período e a realização de concursos públicos.

Este ano, de 2019, a pauta do Sinterg começou bem agitada, fizemos uma grande assembleia no primeiro dia do ano letivo, com mais de 500 professoras, professores e técnicos, lotando o auditório do Juvenal Muller, para discutir a pauta local e nacional. A pauta local foi encaminhada até a prefeitura municipal exigindo do município o cumprimento da lei do piso, que conseguimos com muita mobilização atingir no mês de março o primeiro pagamento então do reajuste de 4,17%. Ainda temos uma pauta a vencer que são os índices retroativos do piso salarial do ano de 2017 e 2018. Conseguimos com a nossa mobilização, abrir a mesa de negociação onde estamos tratando essas reposições e do plano de carreira unificada, pois hoje temos um plano de carreira que contempla somente professoras e professores, onde técnicos em educação ainda estão no quadro geral, esta é uma pauta antiga que também está na mesa de negociação, pretendemos que ainda este ano seja aprovado o plano unificado dos trabalhadores em educação.

A nível nacional, fomos atingidos com cortes nas verbas da educação, fruto da emenda constitucional 95, e diante disso os impactos na rede pública municipal, na educação básica, já vem sendo observados, principalmente no fim dos programas educacionais como o novo Mais Educação, afetando também outros projetos, principalmente no que se refere a educação no campo. Portanto nossa pauta de mobilização juntamente com a CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação) e CUT (Central Única dos Trabalhadores), é detonar, acabar, barrar, a reforma da previdência, que atinge toda a classe trabalhadora, mas principalmente as mulheres, professoras e trabalhadoras rurais. Diante disso, nós chamamos então a nossa categoria para grande greve nacional da educação que ocorreu em 15 de Maio, com a qual nós paralisamos praticamente 90% da nossa rede, com uma grande atividade, panfletagem nas sinaleiras do centro da cidade e também no balneário Cassino, pela manhã, a tarde nos concentramos juntamente com CPERS, APTAFURG, APROFURG, SINPRO. Neste dia concentramos no auditório do Juvenal, com o mesmo totalmente lotado em uma grande plenária sobre a reforma da previdência, onde nossa assessoria jurídica apresentou com detalhes o que a reforma acarreta, e de que forma atinge os nossos alunos e alunas, familiares e a classe trabalhadora em geral. Nossa grande preocupação é com o futuro de nossas alunas e nossos alunos, com o futuro dessa geração que não vai ter aposentadoria, além da preocupação com aqueles que já estão aposentados. Depois realizamos juntamente com as e os estudantes uma grande caminhada luminosa que contou com mais de 5 mil pessoas, uma caminhada que nos deixou muito satisfeitas com a capacidade de mobilização estudantil e dos profissionais da educação. Foi um esquentar para a grande greve geral, pois foi através da educação que conseguimos barrar a reforma da previdência do Temer, e agora com certeza vamos barrar a reforma da previdência do atual governo.

No dia 30, nos somamos a uma nova caminhada, organizada e mobilizada pelo movimento estudantil, abaixo de chuva com milhares de pessoas dispostas a travar esta grande batalha que é defender a educação pública. Agora estamos chamando a nossa categoria, com aprovação do conselho geral por unanimidade, para a grande greve geral, convocada pelas nossas centrais sindicais, que ocorrerá no dia 14 de junho, nossa categoria está mobilizada, a nossa categoria vai parar, vamos parar esta cidade para dizer que o governo Bolsonaro e todos que o apoiam, que não queremos reforma da previdência, que não queremos cortes na educação e defendemos o futuro do nosso país.



A pesquisa: A cidade, a utopia da riqueza, das terras, na in- duaçãoção em educação ambiental), ram garantir os negócios priva- e sua relação com a natureza: fra-estrutura dos bairros e vilas, identificando e problematizando dos no espaço local e/ou atraí- O discurso da Prefeitura, da etc., além de ocupar um "espaço os discursos dos gestores públi- los, formar mão de obra empre- Universidade e dos Empresári- de poder" na estrutura regional ou cos e empresários sobre a edu- endedora e inovadora articulando os na cidade do Rio Grande nacional, e até mundial no capita- çação ambiental. Nesta empresários, realizando eventos entre 2010 e 2015 x injustiça lismo atual. É uma cidade que pesquisa, temos como objetivo e/ou assessoria aos mesmos ou ambiental, sob responsabili- historicamente se constituiu como focar o período de 2010-2015, os seus negócios. Seu desenvol- de de Carlos RS Machado (PP- sendo de injustiça e desigualdade auge do pólo naval na cidade do vimento consistirá de um lado, 1) GEA/FURG) é articuladora das ambientais (Rodrigues, 2017; Ma- Rio Grande, identificando e pro- em caracterizar a cidade, o con- ações do próximo ano no Ob- chado et.alli, 2018). Desde 2010 blematizando o discurso dos texto e dados e informações so- servatório dos Conflitos do ex- vimos pesquisando, refletindo e gestores públicos, empresariais e bre a injustiça da/e na cidade, tremo sul. Resumo: mapeando conflitos urbanos e da universidade sobre sua utopia em seguida, 2) a partir do mape- "A cidade do Rio Grande tem ambientais para utilizá-los como de cidade, a concepção de de- amento e identificação de gesto- uma determinada história, or- link ou ponto de partida as pes- envolvimento e da sustentabili- res públicos, atores empresariais ganização e gestão política, quais de mestrado, doutorado e dade apregoada. Nossa hipótese ativos e da universidade desta- problemas sociais e ambien- de conclusão de cursos. Nas é de que os gestores públicos da cando suas manifestações, distais, desigualdades na distribui- pesquisas no PPGEA (pós-gra- cidade e da Universidade busca- cursos, entrevistas no banco de

## Pesquisas do Observatório dos Conflitos

Wagner Passos - Revolução estética e Educação Ambiental: uma proposta de oposição ao fetichismo, à alienação e a ideologia capitalista.

Samuel Crissandro Tavares Ferreira - Juventude

Em julho de 2018 foi defendida por Wagner Passos, cartunista e administrador no IF Sul Câmpus Pelotas, a tese de doutorado em Educação Ambiental intitulada "Revolução estética e Educação Ambiental: uma proposta de oposição ao fetichismo, à alienação e a ideologia capitalista", sob orientação do Prof. Dr. Carlos RS Machado. Segundo Passos, a existência de uma estética do capitalismo, criada e fomentada pela mídia e pelos donos dos meios de produção, seria uma das principais responsáveis pela criação de um ideal de vida burguês, reforçando constantemente no cotidiano das pessoas pensamentos individualistas, competitivos e consumistas. O que refletiria na defesa, por parte de muitos trabalhadores, dos interesses de grandes empresários e dos pensamentos políticos neoliberais. Identificada como estética burguesa padronizada, tal questão é reforçada por autores como Martinelli, Fernandes, Prates, Lippo, Boal, Dardot e Laval, Chomsky, Bourdieu e Badiou, pois seria mantida pela repetição de padrões e ideias contidas em textos e imagens, como verificados na pesquisa junto à mídia, suas notícias e publicidade; nos sites das empresas Vale e Petrobras, duas das maiores poluidoras do mundo; e nas teses e dissertações do Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Em contraponto a massificação da estética burguesa padronizada, Passos apresenta algumas práticas possíveis a proposta de Jacques Rancière, Pablo René Estévez, apoiados por Augusto Boal e Felix Guattari, chamada de "Revolução Estética", que em oposição, valoriza a cultura local, a história, as demandas e anseios para a qualidade de vida e a coletividade. Envolvendo a Educação Ambiental, marketing e arte, a tese está disponível no link <https://argo.furg.br/?BDTD11999> no Sistema de administração de Bibliotecas da FURG.

É necessário compreender que a partir da segunda metade do século XX, os jovens se configuraram como sujeitos extremamente preponderantes no contexto sociopolítico de nossa sociedade. Do mesmo modo, trago tal reflexão e discussão para o urbano (LEFEBVRE, 2001), para as relações na/da cidade. A partir do trabalho E Se a Cidade Fosse Nossa: A Educação Popular Contribui na Emancipação das Juventudes na Cidade? (FERREIRA, 2018), dissertação da pesquisa que realizei durante o mestrado, fui ao encontro de alguns autores e autoras que acreditam que os jovens são sujeitos sociais e que esse sujeito "é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, é produzido no conjunto das relações sociais das quais se insere" (DAYRELL, 2003). Do mesmo modo, uma das problemáticas centrais, é a visão de os jovens serem um eterno "vir a ser", e com isso muitos projetos de sociedade e também "projetos educativos perdem a oportunidade de dialogarem com as demandas e necessidades reais do jovem, distanciando-se dos seus interesses do presente" (DAYRELL; GOMES, 2009), bloqueando uma contundente contribuição destes sujeitos para com as diversas construções sociais. Entretanto, outra problemática apontada pelos autores dentro da lógica capitalista para os jovens "são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho" (PAIS, 2003), e essa dificuldade, fruto da desigualdade do processo capitalista, não permite que os jovens avancem com seus projetos, e com isso, entendam como as juventudes produzem a emancipação (MARX, 2010). No entanto, outras problemáticas também são potentes nesse processo de análise da juventude urbana para as pesquisas futuras, entre elas as relações dos jovens com natureza e o trabalho.



dados do Observatório bem como acadêmicos e ativistas sociais 2015) e da cidade do Porto (Porto da cidade do Porto)". Temas bem como suas contraposições relação com a natureza: Informa- Conflitos do extremo sul do Bra- aos conflitos do período. Neste ção, publicização e controvérsia sil. Nas atividades de extensão caso, serão selecionados al- como ação cidadã do Observató- serão apresentados os dados guns atores relevantes envolvi- rio dos Conflitos do Extremo sul dos mapeamentos como links às dos nos conflitos mapeados em do Brasil, e "visa publicizar e dis- apresentações e debates com (5) 11 a 14 novembro (mesa pesquisas anteriores (professo- cutir informações e reflexões da os participantes, tendo convida- EDEA/PPGEA): A educação am- bial para a justiça ambiental; des, universitários). dade, de desenvolvimento e sus- mentos sociais populares como (6) fim de Novembro: Rio Grande A pesquisa tem uma atividade tentabilidade no contexto dos interlocutores envolvidos com a em 2025: que cidade queremos! prática e de extensão na qual conflitos urbanos e ambientais na temática na região do Rio Gran- visará socializar e debater com cidade do Rio Grande (2010- de (e se possível, com convida-

Ramsés Mikalauscas Farherr - Ciência e Veneno: tudo em nome do lucro de poucos!

Na virada de março para abril de 1978, ocorreu o maior desastre ecológico do Rio Grande do Sul, e que ficou conhecido como "Maré Vermelha". Em plena ditadura militar, ambientalistas e pesquisadores se uniram para contestar o veredito de suas reais causas, já que se propagou como sendo de causas naturais. Daí nasceu um embate de narrativas (causas antrópicas x naturais) e pesquisas inconclusas até hoje. O fato ocorreu em 1972 quando o navio Taquari da empresa Lloyd Brasileiro encalhou em Cabo Polônio; e em 1978, pouco tempo antes da suposta maré vermelha ele naufragou e liberou, de seus porões, em alto mar toda sua carga tóxica. Encalhou em situação suspeita: viagem inaugural, tripulação experiente, mar calmo... e, seguro milionário! Seus porões estavam carregados de cilindros químicos e tóxicos da empresa norte americana Dow Chemical – que, em 1972, quando encalhou tinha como vice-presidente Golbery de Couto e Silva; que no caso da Maré Vermelha era chefe do Gabinete Civil da Presidência. Dúvidas, relações e questões não esclarecidas até o presente. A própria FURG, que teve e tem se apoiado e defendido interesses de alguns setores tradicionais e econômicos, esteve na defesa ao tratar de uma ocorrência natural. Os jornais e documentos do período revelam uma atmosfera "pouco amigável" – como notou o professor Milton Guerra – onde a hipótese antrópica era quase sempre desprezada, como apontou Zulanira Meyer Rosa, da Fundação Zoobotânica na época. Hoje percebemos uma continuidade: acobertam-se degradações ambientais em troca de legitimação de áreas e pesquisadores específicos. Prestam-se pesquisas para empresas privadas responsáveis por ecocídios e genocídios, em troca de bolsas e laboratórios, e a contaminação e o envenenamento da cidade do Rio Grande até o Chuy pelo agronegócio continuam. O aprofundamento e o desvendar desta história e a explicitação dos diferentes discursos e interesses é o tema de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na FURG.



André Barbosa - A apropriação desigual do território e os discursos que legitimam as remoções de grupos populares na cidade do Rio Grande (2010-2015)

Os desafios urbanos não são poucos, uma vez que a urbanização consolidou uma cidade marcada por disparidades socioespaciais, ineficiência e grande degradação ambiental, remoções e disputas pelo território. Nestes desafios e embates, de um lado, entram no hall dos discursos das políticas urbanas o debate sobre "sustentabilidade urbana", "a cidade sustentável", a "cidade criativa" e outras denominações da/e para a cidade capitalista. De outro, os conflitos urbanos reivindicam "acesso à cidade", como resistência e luta contra a injustiça, indicando que não há uma única cidade e sustentabilidade. Isso é uma espécie de indicador de contradição entre o projeto oficial (dos governos, empresas e seus consultores) e, de outro, da população "real" que ocupa, sofre, e é removida de seus territórios e modos de vida, enfim a ocupação real é vivida da/e na cidade. Portanto, pensar e estudar a cidade implica incluir sua relação com a "sociedade e [a] natureza", e disso, afirmamos que tais termos (e suas realidades), estão articulados e não separados, são uma "coisa" híbrida socionatural, "cheia de contradições, tensões e conflitos" (SWYNGEDOUW, 2009, p. 100). Isso evidencia um grande desafio ambiental (político e civilizatório), e que, se contrapor a ideia de progresso e desenvolvimento, visto tal concepção, estar atrelada a ideia de dominação da natureza, nos coloca a refletir sobre as necessidades de limites dessa dominação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2011). O discurso dominante, da mídia e de parte da literatura acadêmica diz que os danos, impactos, contaminações ambientais incidem de forma igual sobre todos os grupos sociais, considerados parte de "um mesmo planeta", e de que todos seriam responsáveis de forma igual pelas soluções evocadas para esses problemas. Apesar de vivermos em um mesmo planeta sabemos que a pressão sobre os recursos naturais e os impactos oriundos de determinadas atividades não são equânimes, recaindo sobre as classes populares as consequências nocivas deste modelo desigual de desenvolvimento como apropriação desigual da riqueza, dos territórios e dos benefícios das políticas urbanas e habitacionais. Estas questões fazem parte da pesquisa do geógrafo e educador ambiental André Barbosa no mestrado em Educação Ambiental (2019-2020), que vai estudar o problema habitacional na e da cidade do Rio Grande (2010-2015), auge do pólo naval, e onde dois governos de diferentes partidos geriram a cidade e suas políticas. Então partindo do problema da falta de habitação discutiremos a apropriação desigual do território por parte de diferentes grupos sociais e o discurso legitimador desta desigualdade onde o discurso ambiental serve para justificar a injustiça.

Fronteira Noroeste

A identificação dos conflitos e problemas (e dos discursos que os justificam) está sendo utilizada como ponta pé inicial da pesquisa de Mestrado em Educação Ambiental na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (região de Santa Rosa). A importância de partir-se dos conflitos socioambientais se dá pelo fato dos mesmos constituírem uma ruptura na realidade enquanto normalidade, onde evidenciam-se os interesses de ambos os pólos (demandantes e demandados), deixando mais explícitos os discursos que justificam ambas as posições. Os dois principais conflitos relacionados ao meio ambiente já puderam ser evidenciados, ambos envolvendo a temática dos rios, um relacionado às enchentes, onde o conflito mostra a luta das populações ribeirinhas do Rio Pessegueirinho (dentro da área urbana de Santa Rosa) frente a prefeitura municipal para a criação de políticas públicas que resolvessem esse problema; outro relacionado a luta da população ribeirinha do Rio Uruguai (divisa brasileira com a Argentina, ao longo de toda a região), contra a construção do complexo de barragens Garabi/Panambi. Neste último caso ocorre a tentativa de implementação de um megaprojeto de geração de energia, que causará o alagamento de uma grande área, tanto da região noroeste do Rio Grande do Sul quanto da província de Misiones, Argentina. Projeto que ficou parado por determinação judicial durante anos e que começa a ser rearticulado pelos governos brasileiro e argentino, o que volta a preocupar a população da região Noroeste. Devido a isso, realizou-se na cidade de Santa Rosa, no dia 31 de Maio um seminário, com a participação do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), de representantes das igrejas católica e luterana da região, sindicatos e movimentos sociais. Nesta oportunidade se debateu os impactos deste projeto e dos outros empreendimentos deste tipo no país.

Em defesa da educação pública e de qualidade, representantes das entidades estudantis do Instituto Federal Farroupilha Campus Santa Rosa, mobilizaram-se para conscientizar a comunidade acadêmica da atual situação dos cortes no orçamento impostos pelo governo atual, que inviabilizarão o funcionamento do Instituto a partir do segundo semestre. A proposta foi, em um intervalo de aproximadamente 1 hora, demonstrar a todos(as) na prática como os cortes afetarão no funcionamento básico da instituição. Foram desligados chaves de energia e de água de todos os prédios e alguns banheiros foram interditados. Nesse tempo, observou-se a preocupação de todos(as) e gerou diversos debates entre os(as) estudantes. Após, houve uma assembleia onde todos(as) foram reunidos(as) para uma breve explicação e apresentação de dados importantes sobre a matriz orçamentária do Campus e como os cortes afetarão suas atividades. No turno da tarde os alunos participaram de uma conversa, com o intuito de conhecer e entender um pouco sobre a UNE, UBES e ANPG. Além disso, discutiu-se sobre Fake News e como elas nos afetam. Em seguida, os alunos participaram de um cine debate, a partir do



documentário "Lute como uma menina!" e vídeo, gravado pelo Movimento Estudantil, da entrevista feita com alguns funcionários e alunos. Para concluir, realizou-se uma dinâmica de cooperação, mostrando aos alunos o quanto é necessário unir-se e lutar juntos pela educação gratuita e de qualidade.

Coletivo Feminista Profª Neli

"Somos Filhas da época e a época é política" - Wislawa Szymborska

Somos crias das ruas. Somos o coro de milhares de vozes angustiadas ansiando por mudanças, que pintaram as cidades em todo o país com a bandeira do movimento #ELENÃO. Pra quem não nos conhece, prazer, nós somos movimento. Um grupo que está articulado e liderado por mulheres, sim, mulheres. Mulheres livres e guerreiras que podem ser o que quiserem e que buscam o que lhes é de direito. Este grupo chama-se Coletivo Feminista Professora Neli. O Coletivo objetiva promover uma rede de apoio e (re)conhecimento entre as mulheres, buscando despertar uma reflexão sobre classe, gênero e raça, além de dialogar acerca da influência do capitalismo na estrutura social, uma vez que este é um fator crucial na perpetuação das desigualdades que assolam nossa sociedade. O Coletivo Feminista Professora Neli, propõe-se a trabalhar em conjunto com a sociedade civil criando espaços culturais. Para este fim realiza a "Feira e Sarau Cultural", a qual visa democratizar o acesso à cultura, o fortalecimento de artistas e produtores independentes da região, bem como a ressignificação dos espaços públicos. Em nossa essência, nós do Coletivo, acreditamos que a consciência social cria-se a partir da arte, do conhecimento e da troca coletiva. Os corpos unidos possuem poder. A reflexão gera transformação e reformulação de um imaginário social que é ainda alicerçado em preconceitos. Nossa luta está em viabilizar debates, aulas públicas e intervenções socioculturais, produzindo novos sentidos. Queremos elucidar a comunidade do caos atualmente instaurado em nosso país. Somos contra qualquer corte de direitos da classe trabalhadora, contra o sucateamento da educação, contra a política integracionista, racista e colonialista do atual (des)governo.

Licenciaturas em Diálogo

Com o tema Cidade Plural: Escolas, Convivências e Resistências, o Seminário Interfaces Pedagógicas: Licenciaturas em Diálogo ocorrerá nos dias 16, 17 e 18 de setembro no Cidec-Sul, Campus Carreiros da FURG. O compromisso principal do Interfaces é evidenciar a produção do conhecimento de licenciandos, de professores, escolas públicas, pós-graduandos e demais educadores da cidade. O seminário objetiva também promover o diálogo entre diferentes grupos sociais, proporcionando a troca de saberes e a interlocução entre universidade e escolas, professores, crianças e jovens da cidade. Este ano o seminário conta com cinco modalidades principais de participação: cirandas, salas temáticas, mostras, oficinas e ouvinte. Direcionado a estudantes de licenciaturas, pós-graduações, professores e estudantes da educação básica, educação popular formal e não formal e demais interessados no tema. As inscrições estão abertas e podem ser feitas até 30 de junho pelo [sinsc.furg.br](http://sinsc.furg.br).

Todos os trabalhos apresentados durante o seminário serão publicados em formato de capítulo de livro eletrônico.

(Documentário) Norte!

O projeto Escola sem partido, elaborado em 2004 por um grupo de conservadores, tornou-se nacionalmente visível em 2014 a partir dos debates para a construção do Plano Nacional de Educação. Estes grupos traziam à época, especialmente, rejeição aos debates sobre gênero e educação sexual. Com o passar do tempo passaram a também incorporar outras pautas, como a inclusão do criacionismo, rejeição da educação sexual e a construção de uma nova narrativa sobre a história do Brasil, em especial sobre o golpe militar de 1964. Tais bandeiras foram levadas adiante através de mecanismos de demonização de professores/as, que passaram a ser alvo preferencial destes grupos, seja através de denúncias anônimas, perseguição presencial e virtual, entre outras práticas rasteiras, criando pânico moral junto a familiares que passaram a ver a escola como um risco para seus filhos. Este projeto traz uma falsa promessa de apartidarismo mas é uma ferramenta de grupos partidários que levaram à eleição de Jair Bolsonaro, o qual com uma agenda de retrocessos, vê a educação também como um risco à manutenção de seu poder, além de buscar, por meio destas táticas de desmoralização da educação, sucatear as escolas, universidades e centros de pesquisa com objetivos privatizantes.

O documentário Escola Sem Censura explora o universo ultraconservador do PL Escola sem Partido e o processo de perseguição a professores. Também mapeia a rede de atores políticos e organizações ligados à extrema direita brasileira implicada na promoção do projeto. Disponível no youtube.



Desde 2014, a comunidade de São José do Norte (RS), tem acompanhado a tramitação da Etapa 1 do Projeto Atlântico Sul que compreende ao Projeto Retiro de mineração da empresa RGM S/A, mas que engloba toda extensão do território municipal, passando por Capão do Meio (Etapa 2) e Bujuru (Etapa 3). Trabalhadoras/es e estudantes vêm resistindo, se organizando e fortalecendo uma luta popular contra este projeto exógeno e rapinador de mineração, partindo em defesa do território, dos bens naturais e dos modos de vida no município.

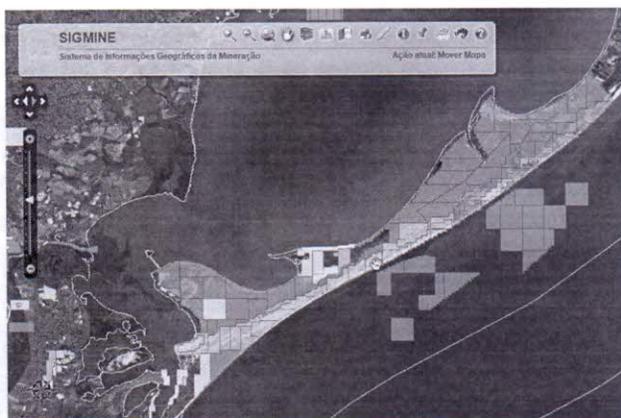
Como militante e na representatividade parlamentar tenho vivenciado o poder coercitivo que a opinião pública pode exercer nos poderes, mesmo sobre velhas raposas da política. Já são anos de luta até aqui e tantos outros serão necessários para que a soberania popular prevaleça. A vigília demanda politização e temos muitas razões para acreditar na integração regional para vencermos essa guerra neocolonial em cada território. Muito dos movimentos locais têm sido divulgados nas mídias alternativas e ajudado a democratizar o debate sobre este e os demais conflitos minerários que alarmam o Estado do Rio Grande do Sul. Após os crimes ambientais no Pará e em Minas Gerais, já somos considerados a nova fronteira minerária do país.

De toda a ofensiva regional, o Projeto Retiro é o que está em processo mais avançado de tramitação e é o único licenciado diretamente no IBAMA de Brasília. A Licença Prévia nº546/2017-IBAMA vigente desde junho/2017 e com duração de 4 anos, demanda mais dois anos de luta. No entanto, cabe analisar que a Fase 2 e 3 do Projeto Atlântico Sul já se encontram no Sistema de Informações Geográficas de Mineração do DNPM como "Requerimento de Lavra" e não mais "Autorização de Pesquisa", deste modo, cabe analisar que as diferentes frentes de lutas devam, num breve prazo, estarem acompanhando, articulando-se e considerando que o órgão ambiental tem lado. Pois, de 2014 pra cá, tanto o IBAMA quanto a empresa nunca mais participaram dos eventos locais ou prestaram as devidas satisfações à população que se mobiliza por justiça ambiental, tendo apenas o Ministério Público Federal como amparo social diante do processo.

Encerro saudando as lutas nacionais contra este modelo neoextrativista de exploração da natureza e espoliação de povos, com o grito do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB: "Água, minério e energia não são mercadoria!" e com o lema do Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração – MAM: "Por um país soberano e sério, contra o saque de nossos minérios!"



A luta pela terra, alimentos sem veneno, ou contaminação das mineradoras! O Brasil, o Rio Grande do Sul e a região das cidades do Rio Grande e de São José do Norte vêm enfrentando graves ameaças de contaminação devido à mineração, ao envenenamento em alimentos e à falta de terra aos trabalhadores/as sem-terra. Por isso, foi realizada no dia 29 de maio de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) a JURA onde discutimos o ataque aos sem terra, como o caso da Mineração de Carvão em Eldorado e a perseguição e morte de suas lideranças e militantes em todo o Brasil, a luta por alimentos saudáveis (com a Frente Gaúcha, Juliano do Gab. Edegar Pretto esteve presente) e contra a mineração em São José do Norte (com apresentação de Caio Floriano do Observatório dos Conflitos). Estiveram presentes, se manifestaram a professora e vereadora Denise sobre sua proposta de audiência sobre o tema, o mestrando e vereador de SJN, Luiz Gautério, SJN, e outros jovens. O evento contou com cerca de 30 pessoas, de diferentes cursos - história, oceano, artes, mestrandos e doutorandos, professores, técnicos e comunidade.



ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB

Marcelo Eibs Cafrune - Educação e Acesso à Justiça

Prezad@s parent@s, O ano de 2019 começou num contexto gravíssimo. Logo no primeiro dia após o ato de posse, o presidente Jair Bolsonaro editou a MP 870, cuja medida desmonta a FUNAI, órgão responsável pela política indigenista do Estado brasileiro, transferindo o mesmo, do Ministério da Justiça para o recém criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela Ministra Damarens Alves. Essa mesma medida retirou as atribuições de demarcação de terras indígenas e licenciamento ambiental nas Terras indígenas da FUNAI e entregou para a Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob comando da bancada ruralista. Daí seguiu-se uma série de ataques e invasões articuladas contra as terras indígenas, perseguição e expressão de racismo e intolerância aos nossos povos e nossas vidas. Por último o anúncio do Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, acirrou ainda mais o desmonte, quando anunciou mudanças no atendimento à saúde indígena, objetivando a municipalização, numa clara intenção de desmontar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), levando a extinção do subsistema de saúde indígena, uma conquista histórica e resultado de muitas lutas do movimento indígena. É nesse contexto que aconteceu o 15º Acampamento Terra Livre. Sangue indígena nenhuma gota a mais!

<http://apib.info/2019/04/01/chamamento-acampamento-terra-livre-2019/>



Roda de conversa, coletivo indígena

No dia 03 de junho se se realizou na FURG, Campus Carreiros, mais uma roda de conversa em educação ambiental promovido e organizado pelo coletivo indígena da FURG no PPGEA (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental). Os indígenas e suas comunidades se reuniram com professores, alunos, técnicos da universidade para discutir sua situação atual de ataques, mortes e destruição das poucas políticas construídas nos últimos anos. O atual governo federal tem ameaçado a existência de suas reservas, áreas de preservação e fontes de caça e pesca. Suas lutas estão relacionadas a melhoria e o cuidado com o meio ambiente, contra os impactos negativos sobre a natureza, e suas crenças de uma humanidade coletiva em detrimento do individualismo e da exploração de quem hoje está no poder federal. Não tem futuro esta ideia "individualista, de explorar as pessoas, as riquezas naturais do país para que poucos possam" se beneficiarem disse Jocemar, representante das comunidades indígenas da FURG. Disse ainda que, o "capitalismo quer só explorar o próximo", como se pode constatar no Acampamento Terra Livre realizado em Brasília em abril de 2019. Acrescenta Jocemar que os brancos falam de indígenas como se fossem uma coisa só, mas "são diversos povos, diferentes linguagens, culturas, etc.", e estes grupos e comunidades lutam desde a "invasão que ocorreu no Brasil" contra a destruição de sua terra, contra a escravidão, e a morte de seus povos.

A população conhece a importância da educação pública para o desenvolvimento, a preservação do meio ambiente e também para a realização de anseios pessoais e profissionais. Rio Grande é uma cidade privilegiada por possuir uma rede de educação pública ampla, que permite à comunidade acessar, além do direito à educação, um conjunto de serviços públicos.

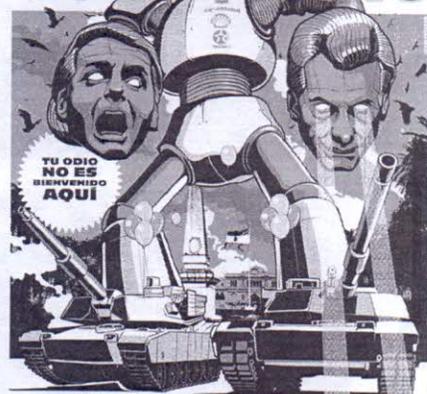
A Universidade Federal do Rio Granderealizadezenas de ações com foco na comunidade. O Hospital Universitário, o Museu Oceanográfico, a feira do Livro, a TV e a Rádio FURG são alguns dosserviços públicos oferecidos pela FURG, que integramensino, pesquisa e extensão econtribuempara a formação de qualidade dos estudantes,na medida em que trabalham a partir das demandas reais da população. A Faculdade de Direito da FURG, por exemplo, além de ser responsável pela formação de gerações de advogados, promotores e juízes, possui uma longa trajetória de assessoria jurídica gratuita à população. O Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ), atua em diversas áreas do direito, em defesade pessoasque não possuem meios de contratarem um advogado, para proteger e efetivarseus direitos. O atendimento é parte integrante da formação dos estudantes da graduação em Direito e da especialização em Prática Jurídica Social. Além de ensinar Direito, a prática jurídica permite compreender a realidade em que estamos inseridos, ouvindo as pessoas e aprendendo com suas histórias de vida, que ensinam sobre injustiças, mas também sobre resistência e dignidade.

Promover acesso à justiça, nesse contexto, é atuar na defesa dos direitos de quem mais precisa.

Escritório Modelo

O Emaj oferece atendimento à comunidade de forma gratuita, fazendo o encaminhamento aos escritórios e o agendamento de consultas para pessoas que possuam processos em andamento. O horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. Como chegar? O Escritório Modelo de Assessoria Jurídica situa-se na R. Luiz Lorea, nº 261, Bairro Centro, Rio Grande, RS.

# ARGENTINA RECHAZA BOLSONARO



TODES A PLAZA DE MAYO. 6 DE JUNIO. #ELLOSNO